

# Acordo para 2º turno está difícil

## Líderes informam a Sarney que ele só é possível em 5 dos 73 temas

Com base no relato feito, ontem, no Palácio da Alvorada, pelas lideranças governistas ao presidente José Sarney, até agora pelo menos cinco pontos do projeto de Constituição, aprovado no primeiro turno, deverão ser suprimidos no segundo turno da votação, através de acordo com os principais partidos. Um resultado bem aquém do desejado pelo Governo que pretende alterar, pelo menos, 73 itens. Mas outros pontos que não estão na prioridade do Governo poderão ser alterados por acordos.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, informou que os pontos consensuais para um acordo, são: direito de votar aos 16 anos, a estatização da comercialização do sangue, retirada da expressão "de capital nacional", nos casos das empresas que prestam serviços e fornecem bens ao Governo a fim de possibilitar que empresas estrangeiras possam se instalar no País e evitar que as brasileiras funcionem como intermediárias de serviços e bens — o tabelamento dos juros em até 12% além da inflação, e em relação à anistia que deverá ser mantida para os micro e pequenos empresários, mas excluída para os médios produtores rurais.

### ACORDO DIFÍCIL

Pela avaliação do líder José Lourenço, os pontos mais polêmicos, para os quais prevê dificuldade de acordo são a jornada de seis horas de trabalho para os jornais ininterruptos e a nacionalização da mineração. No primeiro caso se não se conseguir um acordo para supressão do dispositivo "teremos um problema extremamente difícil porque nossa capacidade

de exportação ficará inviabilizada, na medida que nossos produtos ficarão mais caros em torno de 9%, o que fará com que percamos competitividade no mercado internacional".

Já no segundo caso, ainda de acordo com a avaliação do líder do PFL, "teremos outro grande problema a enfrentar porque existem multinacionais que estão aqui no Brasil há 40, 50 anos exercendo a atividade de mineração e exportando minério de ferro. Com a nacionalização essas empresas naturalmente sairão do Brasil e irão para outros países e perderemos com isso cerca de 500 milhões de dólares/ano em nossas exportações de minério de ferro".

Já para o líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi, a preocupação maior é em relação à reforma tributária aprovada pela Constituinte. "Esta é uma questão muito séria. Precisamos repassar os recursos para os estados e municípios, para que eles não continuem com o pires na mão. Mas temos também que repassar alguns encargos, como educação para os estados e saúde para os municípios".

O dano à União com esta reforma tributária é muito grande. Representa 20 por cento da receita total e o caso é mais grave na medida em que ela continua com todos os encargos — Exercício, Marinha, Aeronáutica, tudo enfim. Se a reforma tributária for mantida nos atuais termos o Governo terá que criar empréstimos compulsórios. Neste caso, a sociedade é que iria pagar, e o aumento de impostos aumentaria a inflação — disse Saldanha Derzi. (Na página 4, os cálculos do Congresso sobre os acordos já feitos)

YUUGI MAKIUCHI



Depois de conversar com Sarney no Alvorada, Lourenço anuncia acordo sobre cinco dispositivos

# Governo usará de novo o seu rolo compressor

O Governo vai repetir mais uma vez, no segundo turno, a grande mobilização feita para a aprovação dos cinco anos de mandato e do sistema de governo. E que já se convenceu de que não terá meios de conquistar a simpatia dos demais partidos para as alterações que tem interesse em fazer no título X do projeto da Constituição, que trata das disposições transitórias. Nela cerca de 11 artigos criam despesas para a União que são vistas como mecanismo para arrombar a porta do Tesouro e inviabilizar o controle da inflação e do déficit público.

Além, o líder Carlos Sant'Anna — que volta hoje ao Palácio da Alvorada para analisar junto com o presidente José Sarney o segundo turno da Constituinte — até já separou os grandes momentos da mobilização: será para o título II, que trata dos direitos individuais e dos trabalhado-

res, alguma coisa na ordem econômica e para as disposições transitórias. Mas esse último título tem merecido sua maior concentração.

Segundo Sant'Anna, "cada vez que leio o texto das disposições transitórias fico mais preocupado". Ontem ele descobriu que no artigo 15, parágrafo 7º, a criação dos estados do Tocantins, de Roraima e do Amapá será custeada pela União e não existe sequer referência sobre por quanto tempo isso ocorrerá. E, por isso, lembrou que na verdade será o povo a arcar com esse ônus, através de impostos e taxas novas.

O líder governista reconheceu que uns poucos pontos apenas poderão ser aprovados por acordo. E está convencido também de que esse entendimento só ocorrerá praticamente na hora da votação, pois,

do contrário, o acordo fica muito vulnerável.

Entre os pontos capazes de gerar um acordo separado apenas o tabelamento dos juros, a anistia aos micro e pequenos empresários e produtores rurais — só que nesta visando a reduzir os beneficiários —, a retirada da moção de censura, a licença-paternidade e o voto aos 16 anos. Um tema, na sua opinião, deve gerar muita conversa sem produzir entendimento: a jornada de trabalho de seis horas. Outros, como mineração e sangue, talvez nem isso.

Sant'Anna tem relacionados 12 temas de interesse do Governo e que exigirão esforços de mobilização semelhante ao feito para o mandato de cinco anos. Todavia, aguardará ainda o desenrolar das votações para marcar mais ou me-

nos a época em que terá de convocar o grupo governista a Brasília. De posse dessa informação, revelou que começará a acertar com os constituintes a fim de que eles não marquem compromissos nos estados, onde ficarão por força das eleições municipais.

O deputado não acredita que na fase do segundo turno se consiga um quorum de mais de 340 a 380 constituintes e isso, sem acordos, inviabilizaria a vitória de qualquer emenda no plenário. Desse modo, começou a se precaver, cuidando da mobilização, principalmente na hora das disposições transitórias. E que na parte política os dois temas de maior importância para o Governo — moção de censura aos ministros e a retirada do Conselho da República — devem também servir a entendimentos inclusivos com a ala progressista e de esquerda.

## Lourenço tenta negociação

O líder do PFL na Câmara revelou ontem que, em suas conversas com o deputado Nelson Jobim, líder do PMDB na Constituinte, não ocorreu ainda nenhum avanço visando a acordo formal em relação aos artigos 53 e 54 das disposições transitórias, que tratam da anistia fiscal. Para Lourenço, restringir o universo de beneficiários seria um avanço. Quanto ao artigo 54, que anistia os devedores do fisco de multa e correção monetária, tem posição maleável.

— Ele é mais brando do que a anistia dada pela Receita Federal em outras ocasiões. Só que agora tem uns deputados e senadores incluídos e por isso desperdo polêmica, como se legislassem em causa própria. Ora, o Governo tem dado anistias muito mais prodigais.

José Lourenço está preocupado com os novos encargos criados para a Pre-

vidência — a redução em cinco anos da idade limite para a aposentadoria no campo e da renda mensal vitalícia, cujos valores foram dobrados, pagamento de um salário mínimo para os deficientes físicos e revisão das aposentadorias — mas quer primeiro apurar se existem condições de suportá-los. Todavia, comentou que talvez esteja sem razão, já que "a Previdência tem dinheiro para dar aos estados sem exigir prestação de contas. Então, poderá pagar melhor aos aposentados".

Por último, reconheceu que se não houver cuidado dos constituintes para suprimir alguns artigos, acabará inviabilizando o funcionamento do País. Mas negou-se a confirmar que tenha sido esse o principal tema das conversas que as lideranças governistas vêm mantendo com o presidente José Sarney no Palácio da Alvorada.

## Perdão de impostos iria a Cz\$ 200 bi

A anistia fiscal aprovada pela Constituinte pode beneficiar até mesmo o contribuinte que ainda está efetuando o pagamento do imposto, uma vez que ela abrange os débitos tributários que tenham fato gerador até 31 de dezembro último, ou seja, todo o imposto de Renda a pagar desse ano.

A advertência foi feita ontem pelo procurador-geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito de Queiroz, que classificou o artigo como "infeliz" e destacou ainda que somente de débitos já inscritos na dívida ativa da União o perdão atingirá a Cz\$ 200 bilhões. Cid Heráclito explicou que em termos éticos não vê nada de grave no artigo, "porque ele reproduz preceitos de inúmeros decretos", mas o problema é que ele pode levar a que os contribuintes deixem de pagar o imposto esperando pela aprovação definitiva da anistia. A medida, de qualquer forma, está entre as que provavelmente cairão no segundo turno, embora ainda dependa de negociações em andamento.

O fato do artigo ainda determinar o pagamento do principal corrigido monetariamente em seis parcelas, ao contrário do sistema atual, quando o contribuinte deve quitar o débito de uma só vez, é um aspecto grave porque a Fazenda Nacional não tem como preparar uma operação para atender a demanda de contribuintes que possam querer pagar a dívida no dia seguinte à promulgação da Constituição. Ou seja, em termos de processamento, a Fazenda Nacional precisaria de tempo para se preparar.

Cid Heráclito explicou que a anistia não constitui um rombo nas receitas do Governo porque, na reali-

dade, não se trata de uma despesa, mas de um dinheiro ainda a receber. Mas o procurador adverte que se ela permanecer, pode haver uma queda no processo de arrecadação desse ano, com os contribuintes desistindo de pagar o imposto, por se sentirem anistiados antes mesmo de se tornarem devedores em falta para com o Fisco.

### ARTIGO 29

Sobre o artigo de número 29 da nova Carta, que extingue todos os decretos-leis que não tiverem sido apreciados até a promulgação da nova Constituição, o procurador-geral da Fazenda Nacional alertou sobre "o transtorno" que ele pode causar para toda a sociedade. A justificativa de Cid Heráclito é a de que quem pode ser revogado, dentre outros, os decretos-leis de criação da URP e do OGU (Orçamento Geral da União), por exemplo.

No primeiro caso, já dentro das novas leis, o Governo poderia recorrer a uma medida provisória para o restabelecimento da URP, mas isso teria que ser apreciado pelo Congresso, o que demandaria tempo. Já em relação ao OGU, a saída, segundo o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, seria retornar ao orçamento aprovado com as dotações de 87, o que "inviabilizaria todo o funcionamento da administração pública".

Na interpretação de Cid Heráclito, o Governo teria que ter tentado retirar o preceito desse artigo, apesar da maior parte dos decretos ter aprovação por decorso de prazo. O procurador lembra ainda que a demora na apreciação dos decretos é da responsabilidade do Legislativo e não do Executivo.

## Para líderes, o quorum baixo impedirá revisão

As lideranças partidárias da Constituinte estão céticas quanto à possibilidade de quorum para a aprovação das emendas destinadas ao 2º turno. Os líderes acreditam que apenas 10 dispositivos alcancarão o quorum suficiente para serem alteradas, ficando os restantes com a mesma redação. De acordo com os cálculos apresentados pelos líderes, mais de 140 parlamentares são candidatos a prefeitos em suas cidades, enquanto outros 30 estão em missão no exterior. "Ninguém abandonará suas bases para vir até aqui. A política municipal é muito mais atraente que qualquer Constituição", disse o líder do PDS, Amaral Netto, para quem o problema de quorum é sério e insalvável.

Inocêncio Oliveira (PE), vice-líder do PFL, também não acredita em plenário cheio e, preocupado com essa situação, abandonará suas bases durante toda essa semana para traçar uma estratégia com a liderança de seu partido, no sentido de assegurar número para a aprovação das emendas de interesse de seu partido. "Somente os acordos realmente fechados das lideranças partidárias permitirão a mudança de algum artigo ou inciso".

Há também uma unanimidade em reconhecer que a grande dificuldade será reunir os 280 parlamentares para que haja qualquer votação. "As preocupações hoje — disse Amaral Netto — são diferentes do primeiro turno, quando se corria atrás de 280 constituintes para conseguir aprovar dispositivos de interesse desse ou daquele grupo. Agora, não. Todos têm que trabalhar juntos se quiserem aprovar qualquer coisa". O líder do PDS lembrou ainda que o único agrupamento que permanece unido nos trabalhos constituintes é o "da esquerda radical", o que dificultará ainda mais o trabalho de arregimentação.

### CRIATIVIDADE

Com uma preocupação constante de ver promulgada a nova Constituição, o presidente Ulysses Guimarães chegou a fazer um "jogo criativo", segundo suas próprias palavras, para que os constituintes não se esqueçam de comparecer em Brasília no próximo dia 25. Ontem, ao convocar os parlamentares, Ulysses trocou o mês, e pediu que viessem no dia 25 de agosto. Foi corrigido e aproveitou para dizer que o erro era proposital e tinha como objetivo fixar na mente de todos a data certa. Apesar da preocupação, ainda não existe por parte da mesa nenhuma estratégia que tenha por objetivo garantir o quorum mínimo.

De acordo com a Secretaria Geral da Mesa, os esforços agora estão concentrados na seleção e classificação das emendas e que o problema da possível falta de quorum só entrará na agenda do

presidente na próxima semana. Ninguém, entretanto, acredita que qualquer tipo de punição venha a ter efeito nesta etapa dos trabalhos. "Não funcionou nem no primeiro turno, imagine agora", alertou Amaral Netto.

E não funcionou mesmo. Nenhum dos investidos ausentes se mostrou preocupado com a determinação da Mesa de fazer corte nos vencimentos daqueles que faltassem a quatro sessões consecutivas ou a sete alteradas. Dois meses depois de a medida começar a vigorar, a falta de quorum continuou a persistir e mais de 30 constituintes foram punidos. Felipe Cheldre (PMDB-SP) e Mário Bouchardet (PMDB-MG) continuaram tranquilamente a faltar a quase todas as sessões da Constituinte.

O recordista mineiro parece que pretende continuar a merecer o título. Em seu gabinete, seus assessores não souberam responder quando será sua próxima vinda a Brasília, assim como também não quiseram dizer qual foi a última vez que esteve no gabinete. "Não temos autorização para fazer qualquer comentário", disse uma assessora. E o deputado também não recebe qualquer ligação em sua casa". Justificou-se. Paradoxalmente, o outro campeão de ausência estava ontem em seu gabinete, em pleno recesso parlamentar.

## Faltoso é flagrado trabalhando

Quem é vivo sempre aparece. Mesmo que seja em horários e locais os mais insólitos. Não passaria pela cabeça de ninguém, por exemplo, que um dos ocupantes do 1º lugar no ranking dos faltosos estivesse ontem confortavelmente instalado em seu gabinete de trabalho na Constituinte, em pleno recesso parlamentar. O deputado Felipe Cheldre (PMDB/SP) passou a tarde de ontem despachando em seu gabinete.

Segundo ele, suas responsabilidades como constituinte estavam satisfetitas. "Apresentei minhas quatro emendas e



Cheldre

estarei aqui quando elas forem votadas". Cheldre disse também que sua presença no segundo turno de votação dependerá dos contatos que tiver com as lideranças do Centrão. "Não que o grupo determine minha vinda a Brasília. Só vierei quando julgar necessário". O parlamentar paulista também declarou que não tem qualquer compromisso com os acordos das lideranças. "Sempre reneguei esses acordos feitos entre quatro paredes, e continuarei pensando assim. Por isso, só estarei presente nas votações de interesse da maioria".

## Planalto vai se concentrar em 42 pontos

O porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique de Almeida Santos, disse ontem que o Governo vai concentrar esforços para alterar 42 pontos a serem votados no segundo turno dos trabalhos da Constituinte. Observou que o Governo quer ver asseguradas as condições atuais e futuras de governabilidade do País.

"Dentro do que permite o regimento da Constituinte, vai se procurar corrigir erros ou omissões, procurar suprimir alguns artigos e parágrafos que podem significar, ao ver do Governo, uma ameaça à governabilidade do País", disse Carlos Henrique de Almeida Santos. Acrescentou que se iniciaram ontem as negociações com os líderes do Governo e da Constituinte, para procurar o caminho do consenso na votação.

Segundo Carlos Henrique, dentre os temas que estão sendo negociados, destaca-se o tabelamento dos juros bancários em 12 por cento ao ano que poderá deixar de ser matéria constitucional, passando para a legislação ordinária.

Outra questão que o Governo quer suprimir é o perdão das dívidas aos pequenos e médios produtores rurais, assumidas durante o Plano Cruzado.

O porta-voz da Presidência da República disse, ainda, que o Governo está confiante que no término do recesso da Constituinte, no final de julho e que os parlamentares assumam o segundo turno de votações, com a mesma responsabilidade com que iniciaram os trabalhos da nova Constituinte.

### MURAD

A convocação do secretário particular e ex-governador José Sarney, Jorge Murad, que se encontra em férias no Maranhão, reduz a CPI do Senado que investiga as denúncias de corrupção no Governo a uma questão menor e pessoal, que tem por objetivo atingir o presidente Sarney, disse Carlos Henrique. Apesar dos insistentes ataques da CPI, Carlos Henrique observou que o presidente Sarney não vai se afastar dos seus objetivos.

# AnCunho

## VISTO, LIDO E OUVIDO

### Trem bala no Brasil, sonho ruim para hoje

A notícia de que o Banco Mundial liberou início de verba para os estudos da implantação do trem bala entre Rio e São Paulo, pode ser um alento para os usuários da Ponte Aérea, mas um gesto pouco responsável dos nossos técnicos. O trem bala começou no Japão, e hoje a França usa também um processo diferente. Ambos, entretanto, são altamente dispendiosos, com manutenção permanente e de alto preço. O trem usado no Japão, que cobre, hoje, mais de mil quilômetros, mesmo assim ainda é deficitário. É que o trem, em si, corre rápido, mas para que isto aconteça, muita coisa tem que existir, como sensores meteorológicos ao longo do percurso, que informam, imediatamente, à central de controle, a direção dos ventos, a força da chuva, a visibilidade, a temperatura, e tudo o mais que seja necessário para a perfeição da viagem.

Destes forma, dificilmente o Brasil poderá entrar no ramo, já que não dispõe de tecnologia nem dinheiro para tanto. Todo ministro dos Transportes que vai ao Japão, volta com ideia do trem bala, mas parece que nenhum visitou a central de controle desses trens, nem procurou saber quanto custa a operação e a manutenção. Sonho impróprio para o nosso País, onde os trens andam a 50km e as linhas são trêmulas e desajustadas. Falta saber, e dinheiro, para se ter o melhor.

XXX  
MANDACARU — A escolta, pelo presidente Ulysses Guimarães, do mandacaru como símbolo do PMDB foi de bom alvitre. O mandacaru suporta alta temperatura, não precisa d'água para viver, alimenta o gado na seca, tem um fruto saboroso e perfumado, não tem galho para dar sombra para ninguém, nem dá encosto, porque é espinhento. Valeu.

XXX  
MÉDICOS — Na greve dos médicos, as reivindicações salariais ficaram para trás e a preocupação maior era falar mal do Hospital de Base. Agora, que eles mesmos espalharam a má fama, vem o sindicato com ação na Justiça, defendendo a censura à TV Globo. Quem planotou tempestade que colha os ventos, como dizia o filósofo de Mondubim.

XXX  
CHIARELLI — Um jornal cita o senador Chiarelli como o maior pintado de cargos do Governo, e diz que esses documentos serão encaminhados ao ministro Antônio Carlos Magalhães para o seu dossiê. Outro dia, o ministro me disse que esses assuntos estão fora do dossiê, e que sobre Chiarelli, ele deixou de receber documentos desde 30 de junho, porque já havia demais.

XXX  
TUCANO — A qualquer momento, o "tucano" poderá ficar com o bico mais curto. E que se projeta, agora, em engenharia política, um novo partido, que uniria o PDS e o PFL, caminhando pelo centro. Essa força política poderá alterar os destinos das próximas eleições brasileiras.

XXX  
CALOTE — A aprovação trepidante, pela Constituinte, do perdão aos microempresários e empréstimos agrícolas, poderá indicar que o sr. Ronaldo Caiado tenha embarcado numa canoa quebrada. E que ele voltava de Paris, quando se iniciou a campanha, e não foi informado de todos os detalhes. Hoje, vê sua popularidade perder ponto dentro de casa.

XXX  
CUIDADO — A retirada de tambores com óleo tóxico, no Rio, foi mostrada ontem pelo O Globo, com uma foto de primeira página, que poderá ser primeiro prêmio de reportagem. Nela, aparecem dois bombeiros com toda a proteção de roupas e máscaras, e um operário ajudando a arrastar o tambor, sem nenhuma proteção e sem o menor cuidado. Boa foto para campanha contra acidentes.

## História de Brasília

ENERGIA ELÉTRICA — Quando Brasília foi inaugurada, o fornecimento de energia elétrica vinha de Cachoeira Dourada, numa linha de 400 quilômetros. Apenas uma linha. Qualquer acidente no percurso, danificava o fornecimento na Capital. Assim, a Novacap tratou de montar a hidrelétrica do Paranoá, que fazia um pequeno suprimento. Em seguida, com o crescimento da demanda, o DFL, hoje CEB, recebeu como doação, um conjunto de termoeletrica de Cuba, cujos geradores eram utilizados na hora de maior movimento. O mesmo DFL inaugurou uma termo no SIA, até que o sistema se integrou ao de todo o País.

## Anistia das micros cairá, prevê Ponte

Porto Alegre — A anistia do pagamento da correção monetária para pequenos, micros e médios empresários nos empréstimos contratados durante o Plano Cruzado deverá ser eliminada ou substancialmente reduzida durante o segundo turno de votações da Assembleia Nacional Constituinte. A revisão foi feita ontem por um dos líderes do Centrão na Constituinte, deputado Luiz Roberto de Andrade Ponte (PMDB/RS). Ele anunciou, em reunião com empresários na Federação das Associações Comerciais, que igualmente deverá ser retirado o prazo de oito dias consagrado para a licença-paternidade.

Ponte previu que a nova Constituição deverá estar pronta na primeira quinzena de setembro e que das 1.800 emendas supressivas apresentadas, apenas cerca de 400 deverão ser levadas à votação. Entende que em duas ou três semanas de trabalhos concentrados, com sessões de terça às quintas-feiras, pela manhã, tarde e noite, o segundo turno de votação poderá ser concluído.



Luiz Roberto Ponte

Nas emendas que o Centrão patrocina, Ponte acha que tem grandes chances de aprovação a que limita o direito de greve apenas às questões trabalhistas, que altera o limite de seis horas de trabalho para empresas com turnos ininterruptos, a que retira o prazo de oito dias para a licença-paternidade e a que atribui à Justiça do Trabalho a competência legislativa através de jurisprudência em dissídios coletivos ou individuais de trabalho.